

# Programa de Governo do PT/DF

## *Considerações sobre o DF*

O DF é um território singular em relação às demais unidades da federação.

A singularidade não está no fato de abrigar a capital da república ou por suas especificidades institucionais (Cidade-Estado), mas está no fato de ter sido uma invenção urbana arrojada que deu materialidade a um antigo projeto de interiorização da nação.

Assim, o DF pode ser caracterizado, de forma sintética, por 7 aspectos, são eles:

O **primeiro aspecto**, portanto, se relaciona com os propósitos e origem desse território. A região escolhida cientificamente para abrigar a capital da república, que apresentava diversas vantagens ambientais e de localização geográfica (logística), também se tornou o cenário de uma cidade inovadora e disruptiva.

A combinação desses fatores (ambiente e projeto ousado de cidade) precisa ser observada e considerada como parte da estratégia de seu desenvolvimento. Pois, essas vantagens, além de possibilitar melhores condições de bem-estar para a população residente, de segurança e de estabilidade para tomada de decisões na administração do país são alavancas para efetivar não só seus propósitos históricos como definiu Lucio Costa: "Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país." Mas se constituir como uma referência de desenvolvimento. Ou seja, uma metrópole com influencia global, simultaneamente eficiente e sustentável; culta e divertida; desenvolvida e conectada; criativa e inovadora; e, principalmente, uma capital aberta e integradora.

Isso significa, na prática, que se essas características do DF não forem cuidadas e preservadas podem comprometer seus propósitos históricos e seus objetivos arrojados se convertendo numa repetição das metrópoles já existentes no país, com os tradicionais problemas e com um futuro muito previsível.

O **segundo aspecto** está relacionado ao seu papel regional. Concebida como estratégia de interiorização do desenvolvimento brasileiro, a menor unidade da federação foi além e, de fato, impulsionou a ocupação e promoveu a integração com o interior do país. Isto pode ser observado com a conformação do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, compreendendo as duas maiores metrópoles da região Centro-Oeste e uma importante aglomeração urbana que já possui uma população de 7,3 milhões de habitantes.

Contudo, não foi elaborado e nem priorizado, até o momento, um plano e uma estratégia de integração econômica, política e social da região metropolitana de Brasília e nem dessa com Goiânia e Anápolis. A consequência direta é que essas regiões e cidades tem se desenvolvido de forma independente o que produz uma competição nociva.

Sem um processo de integração e cooperação que potencialize as vantagens e mitigue os problemas, essas regiões e cidades continuarão crescendo, principalmente a periferia metropolitana do DF, com alta ineficiência econômica, custos sociais elevados e serviços públicos precários.

O **terceiro aspecto** que a ser observado é que o processo de ocupação, a política local e a dinâmica econômica produziram um alto grau de desigualdade nesse território. Alias, essa desigualdade se apresenta em três dimensões:

- a) **Alta desigualdade na distribuição social da renda:** o DF apresenta um índice de desigualdade 18% maior que a média do país é o pior índice de Gini do Brasil em termos de distribuição da renda (0,570 - 2013). A razão para essa péssima distribuição é a forte diferença em termos de rendimento entre os ocupados no setor público que são 4,2 vezes (janeiro de 2017) em media maior do que e os assalariados do setor privado e autônomos. Com o recente aumento do desemprego os 10% mais pobres viram seus rendimentos médios mensais caírem de R\$ 673,00 para R\$ 542,00 uma redução de 19,5% em termos reais e bem mais acentuada que a queda entre os 10% mais ricos, cujos rendimentos médios mensais caíram de R\$ 14.297,00 para R\$ 13.107,00 (8,3%).
- b) **Alta desigualdade na distribuição espacial da renda:** também é forte a desigualdade entre as RA's que compõem o DF. A diferença de renda domiciliar *per capita* da região administrativa mais rica, o Lago Sul, com a mais pobre, a Estrutural, é de 1.785,7%. Em termos de acesso à educação superior, a diferença é ainda maior, de 60 vezes. Se for observado o acesso aos serviços públicos e infraestrutura urbana, também a diferença é significativa.
- c) **Elevada assimetria entre o DF e sua periferia metropolitana:** há um verdadeiro fosso entre o DF e os 12 municípios goianos que formam sua periferia metropolitana em termos de renda, geração de emprego, orçamento e indicadores sociais. O PIB *per capita* do DF é sete vezes superior ao PIB *per capita* médio da região. Entre 250 mil e 300 mil moradores desses municípios trabalham ou buscam emprego diariamente no DF.

Desse modo, a desigualdade no DF e na sua região metropolitana tem se configurado ao longo do tempo, mesmo de forma antagônica ao projeto de cidade, como uma situação de apartação social, espacial, cultural e simbólica.

O **quarto aspecto** é a logica econômica baseada na alta dependência do setor estatal, seja pelo volume de recursos públicos, seja pela massa salarial do funcionalismo, seja pela estrutura econômica pouco diversificada.

A participação do setor estatal (administração e serviço públicos) no PIB do DF é de nada menos que 53%, ao passo que a indústria participa com apenas 6,55% e o setor agropecuário com irrisórios 0,3%.

Em relação ao setor de serviços que representa 93% da economia, os relativos a atividades privadas representam 40% do PIB, todavia, voltado em grande parte ao atendimento das famílias e não de empresas. Isto resulta, conseqüentemente, em empregos de baixa qualificação e baixa remuneração.

O gigantismo do setor público contrasta com uma relativa debilidade do setor empresarial. Como o crescimento de ocupações no setor público ocorre em ritmo lento e os setores industrial e agropecuário são inexpressivos, a responsabilidade maior para a geração de postos de trabalho tem recaído sobre o setor de serviços privados que, ao mesmo tempo, é fortemente pressionado pela elevada taxa de crescimento populacional. Isso explica porque nossas taxas de desemprego são estruturalmente altas (18,6%).

A receita do DF é de 35 bilhões sendo que 14 bilhões são receitas tributárias e 12 bilhões são do Fundo Constitucional. Com isso, um terço da receita do DF é proveniente do Fundo Constitucional, o que indica uma forte dependência de recursos federais. Do ponto de vista tributário, vale observar que o segundo maior tributo é o IRPF o que indica, também, a dependência da arrecadação em relação aos salários do funcionalismo público.

O **quinto aspecto** é o elevado fluxo migratório da região. O DF permanece como um dos principais polos de atração de fluxos migratórios do país, motivados pela elevada renda da Capital, o que faz com que sua população cresça ao ritmo de 2,30% ao ano, o dobro da média nacional, tendo atingido 3,04 milhões de habitantes em 2017. Se for considerada sua periferia metropolitana o crescimento populacional é ainda mais acentuado (4,1% ao ano).

As projeções são de que contingente populacional do Distrito Federal se aproxime de 3,3 milhões de habitantes em 2020 e alcance os 4 milhões em 2030, que sua periferia metropolitana atinja 1,3 milhão em 2020 e 1,6 milhão em 2030 e que o conjunto da Área Metropolitana chegue a 4,6 milhões de habitantes em 2020 e 5,6 milhões em 2030.

Com isso, qualquer projeto de desenvolvimento local deve levar em consideração o aspecto da alta migração e de como ele pode ser aproveitado positivamente. A questão, portanto, é como utilizar essa alta migração em vantagem para o desenvolvimento do DF e sua região metropolitana.

O **sexto aspecto** é o alto potencial de inovação e criatividade, decorrente de um ambiente urbano e cultural arrojado, de uma população recente historicamente – na qual a cultura local ainda está em formação. Esse potencial inovador associado ao alto nível de escolaridade e a grande infraestrutura de telecomunicações (rede de fibra ótica) do DF pode-se converter em alto desenvolvimento científico e tecnológico na região.

Esse aspecto, sem dúvida, confere ao DF a possibilidade de promover uma industrialização em bases avançadas e sustentáveis ambientalmente, que modifique a estrutura produtiva diversificando-a e ampliando a geração de empregos.

Além disso, o alto investimento em economia criativa que se verifica aqui no DF, também possibilita que Brasília amplie sua condição de capital cultural do país.

O **sétimo aspecto** está relacionado à qualidade dos serviços públicos. Pois, apesar do DF possuir um dos maiores índices de infraestrutura urbana e equipamentos públicos do país, a qualidade, o acesso e a resolubilidade desses serviços estão muito aquém das necessidades de boa parte da população.

Atualmente o DF apresenta taxas de mais de 80% de infraestrutura urbana e de alcance dos serviços de: abastecimento de água, rede de energia, esgotamento sanitário, coleta e limpeza urbana, asfaltamento, águas pluviais e iluminação pública. Da mesma forma, a estrutura de equipamentos públicos como, escolas, unidade de saúde, postos e batalhões policiais e unidades de assistência social apresentam quantidade, distribuição e estrutura muito acima das observadas nas demais unidades da federação.

Se forem observados os recursos humanos, o DF, também apresenta boas condições em relação às demais UF's. A média salarial e a proporção de profissionais em relação ao tamanho da população, também, estão entre as maiores do país, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança.

É fato que historicamente o DF sempre teve uma boa estrutura de serviços públicos. Contudo, no final da década de 1990 esse alto padrão começou a declinar, especialmente as áreas sociais, com as gestões do campo conservador e as políticas neoliberais. Hoje, os índices de acesso e qualidade dos serviços de saúde, o aumento dos índices de violência e o crescimento da pobreza e extrema pobreza têm sido as maiores dificuldades das políticas e serviços públicos do DF. Ou seja, tais problemas não estão relacionados a uma infraestrutura precária e/ou falta de recursos humanos qualificados e bem remunerados como na maioria das outras UF's.

O que se constata é que os problemas se concentram em boa medida em 2 fatores. O primeiro fator é a prioridade dada pelos governos às políticas sociais e a operação das políticas e serviços já existentes, com a ampliação do acesso, da qualidade de atendimento e da capacidade de resolubilidade dessas políticas e serviços.

O segundo fator é que tais dificuldades das políticas e serviços são impactados pelo intenso fluxo migratório e, portanto, tem uma geografia bem definida: as periferias do DF e de sua região metropolitana, o que reforça a necessidade de políticas de integração da região metropolitana.

Por fim, vale ressaltar nesse aspecto que duas políticas públicas se destacam pela precariedade em todo o DF, são elas: as políticas de mobilidade urbana e as políticas de saúde. Essas políticas, independente da segregação espacial são, hoje, as que mais afetam, de maneira grave, as condições de vida da população do DF e, portanto, devem ter status de prioridade nas ações de qualquer governo.

## *Uma síntese sobre o DF*

No Distrito Federal as vantagens comparativas em relação às outras regiões do país parecem funcionar de forma contraditória. Pois, se por um lado o DF apresenta:

- a) a maior renda per-capita do país;
- b) uma das maiores receitas orçamentárias que são complementadas por um considerável montante do fundo constitucional;
- c) um alto grau de estabilidade econômica local proveniente da massa salarial do funcionalismo público (federal, distrital, autarquias, organismos internacionais);
- d) alto nível de escolaridade da população;
- e) uma Infraestrutura urbana desenvolvida e abrangente (asfaltamento, taxa de abastecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica, iluminação, equipamentos de educação e saúde).

Por outro lado, o DF apresenta:

- a) umas das mais altas taxas de desemprego que varia de 18,6% no DF para 20,7 % na PMB - a segunda maior entre as metrópoles brasileiras (2017);
- b) a maior taxa desigualdade social e econômica do país;
- c) uma economia pouco desenvolvida, pouco diversificada e com extrema dependência dos recursos públicos.

Ao se considerar esses elementos, pode-se concluir que os principais desafios desse território são:

1. A alta desigualdade social, que se desdobra nas dimensões econômica, espacial e simbólica;
2. A ausência de um projeto de desenvolvimento econômico;
3. E, a baixa integração regional-metropolitana.

### *As diretrizes do Programa de Governo*

Os principais elementos a serem enfrentados por um programa de governo do PT no DF devem ser:

1. O combate à desigualdade;
2. A construção de um projeto de desenvolvimento econômico sustentável;
3. A efetiva integração regional-metropolitana.

Estes elementos, portanto, se constituem nos Eixos prioritários de ação de um governo do PT no Distrito Federal.

É importante destacar que esses eixos constituem um tripé indissociável, ou seja, são eixos que se complementam e dependem entre si.

Pois, o combate a desigualdade depende estruturalmente de um projeto de desenvolvimento econômico que alavanque a arrecadação tributária própria do DF e melhore a oferta de empregos. E, depende de uma integração regional que torne a periferia metropolitana não mais periferia, mas numa região com suficiência de serviços e desenvolvimento econômico.

Da mesma forma, um projeto de desenvolvimento econômico sustentável não se efetiva sem um processo de integração regional-metropolitana e sem ter como perspectiva a diminuição da desigualdade.

E, claro, a integração regional só se realiza de fato com integração econômica e superação da desigualdade espacial.

Desta forma, o programa de governo do PT para o DF dialogar com essas 3 diretrizes. Deve apresentar em quais áreas e com quais propostas e projetos essas questões podem ser enfrentadas.

Considerando as pesquisas que apontam as principais preocupações do candango ou os principais problemas do DF é fundamental que o programa de governo do PT estabeleça prioridades de ação nas seguintes áreas:

- Mobilidade Urbana (Transporte)
- Saúde
- Educação
- Segurança
- Serviço Público (qualidade e melhoria das condições de trabalho)
- Reforma Urbana (Regularização fundiária e Habitação)
- Participação Social

Para isso, são necessárias medidas de integração institucional com a RIDE e medidas de forte ampliação dos serviços e políticas públicas da área social. Desta forma, consolidando uma consistente rede de proteção social para absorver a pressão do fluxo migratório e amparar a já degradada periferia metropolitana.

Todas essas questões devem apontar para a construção de um projeto de desenvolvimento do Distrito Federal integrado com a Região Metropolitana de Brasília e a RIDE que enfrente a profunda desigualdade desse território.

Todavia, esse projeto não deve ser pautado por ideias tradicionais de desenvolvimento, ou seja, por apenas ampliar a oferta e a capacidade de atendimento das demandas sociais e econômicas existentes. Mas, deve ser elaborado considerando as vantagens ambientais, o alto potencial criativo e inovador do DF

Assim, fica evidente que a diversificação da economia com a consequente diminuição de sua dependência do setor estatal e o aumento da geração de empregos qualificados pressupõe aproveitar sua

localização (logística) e investir no alto potencial de desenvolvimento científico e tecnológico. Isso possibilitará ao DF não só um processo de industrialização inteligente e com sustentabilidade, mas condições para que nesse território se materialize utopias, e Brasília continue sendo uma cidade ousada e disruptiva como foram seu projeto e construção.

#### *As propostas do programa de governo*

Essas propostas do programa de governo do PT/DF estão estruturadas em 8 COMPROMISSOS, esses divididos em temas (Saúde, Educação, Habitação...).

### **I - COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO.**

O atual governo, com seu discurso de austeridade, reduziu quase a zero os investimentos públicos, paralisou obras e ações do governo anterior, colocando milhares de trabalhadores no desemprego. O nível de desemprego atual é superior ao da situação nacional. Portanto, retomar o crescimento econômico e investir em tecnologia e inovação, visando o desenvolvimento da cidade e à elevação da oferta de trabalho e oportunidades de geração de renda é uma prioridade para o governo do PT.

#### **Medidas fundamentais:**

##### **A. Desenvolvimento Econômico**

1. Implementar o **Programa Emergencial de Obras Públicas**, voltado para o atendimento de demandas sociais de infraestrutura básica;
2. Implementar o **Programa de Investimentos em Infraestrutura Econômica**, nas áreas de transporte, energia e comunicação com o intuito de criar condições favoráveis para a atração de investimentos privados, notadamente no setor industrial;
3. Estabelecer o **Salário Mínimo regional** com valor 30% acima do Salário Mínimo nacional (em valores de hoje, R\$ 1.240,00);
4. Implementar o **Programa de Estímulo à Formalização do Emprego**, com incentivos à iniciativa privada;
5. Desenvolver **estratégias para diversificar a estrutura econômica** do Distrito Federal, hoje fortemente dependente do setor público, atraindo, sobretudo, investimentos na atividade industrial;
6. Implementar **estratégias de descentralização da atividade econômica** no DF, hoje fortemente concentrada no Plano Piloto, direcionando-a para as demais regiões administrativas;

7. Implantar o **Arco Rodoviário de Brasília**, como meio de desafogar o trânsito pesado das áreas centrais da cidade;
8. Criar **5 distritos industriais** ao longo do trajeto do Arco Rodoviário de Brasília;
9. Construir a **conexão com a malha ferroviária nacional** (FCA, Ferrovia Norte-Sul e Fiol) como projeto para tornar Brasília um importante **polo logístico regional e nacional**;
10. Implementar um **Programa de Qualificação dos Trabalhadores**, associado ao plano de diversificação da estrutura econômica;
11. **Ampliar a receita tributária própria**, mediante o desenvolvimento de estratégias de atração de novas atividades produtivas, como forma de ampliar a capacidade de investimento público e eliminar todos os mecanismos de isenção fiscal hoje praticados;
12. **Ampliar e consolidar o Parque Tecnológico de Brasília** (Biotic);
13. **Institucionalizar a Área Metropolitana de Brasília** (AMB) por meio da implementação de um conjunto de **estratégias de consolidação da AMB**, em parceria com o Governo Federal, o Governo de Goiás e as Prefeituras Municipais da RIDE, estabelecendo metas para 2022.

## **B. Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

1. Proposições para o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal:
  - 1.1. Elaborar e executar projeto para mapear os grupos e linhas de pesquisa científica e tecnológica que estão sendo desenvolvidas no Distrito Federal. O mapeamento junto as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e empresas, apresentaria as potencialidades existentes na base técnico-científica do DF, além de ser a base para qualificar o processo de planejamento, de formulação das políticas públicas e ações de CT&I, acompanhamento e avaliação.
  - 1.2. Adotar medidas para difundir, facilitar e estimular a utilização da Lei da Inovação no Distrito Federal, para que seja aumentado o dispêndio em Pesquisa e Desenvolvimento pelas empresas
  - 1.3. instaladas no Distrito Federal. Criar a carreira de Ciência, Tecnologia e Inovação no Governo do Distrito Federal e prover a insuficiência de recursos humanos junto aos entes públicos com atribuições em Ciência, Tecnologia e Inovação, com quadro de pessoal qualificado e estável.
  - 1.4. Para tratar de questões que não se restringem a área geografia do Distrito Federal e que envolve regiões do entorno, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) deve firmar parceria com as Fundações congêneres dos Estados de Goiás e Minas Gerais. Além disso, poderiam ser constituídos consórcios entre as três Fundações mencionadas e criar institutos em rede, como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) para tratar de questões das unidades federativas envolvidas ou as de importância regional.
  - 1.5. Aperfeiçoar a articulação interinstitucional entre os atores do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF, tendo em vista que a tecnologia e a inovação são temas transversais. Promover a interação entre as secretarias por meio de redes democráticas voltadas à discussão e construção



colaborativa de propostas e ações. Realizar o Fórum Intersecretarias de governo inspirado no instrumento para o monitoramento participativo do Plano Plurianual (PPA), denominado de Fórum Interconselhos, iniciativa do Governo Federal que, em 2014, recebeu premiação internacional em gestão pública.

- 1.6. Ampliar, estimular a articulação entre os vários atores em CT&I nos âmbitos federal, estadual, municipal e privado.
2. Implementar política, integrada, para a indústria, ciência, tecnologia, inovação, serviços, logística e comércio exterior, que promova o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Distrito Federal, com atração de investimentos, aumento da competitividade, produtividade, redução das desigualdades, modernização dos serviços públicos, inclusão social, e geração de emprego e renda.
  - 2.1. Fomentar sistemas urbanos inteligentes, seguros e sustentáveis, inclusive apoiando projetos destinados a facilitar a vivência e o bem-estar, controlar eficientemente do tráfego automotivo, monitoramento ambiental, tornar mais segura a mobilidade dos habitantes, utilizar redes de sensores, promover a eficiência na utilização de recursos, sistemas sustentáveis de energia, entre outros.]
  - 2.2. Promover a criação de laboratório de inovação para a modernização do Governo do Distrito Federal e dos serviços públicos, com a utilização de tecnologias inovadoras, funcionais e simples para: (i) solicitação de serviços públicos, (ii) a maior participação da população na verificação dos serviços públicos e a sua melhoria, entre outros. Realizar Editais para premiar as melhores propostas para a solução de problemas nas mais diversas áreas de prestação de serviços públicos como: saúde, educação, moradia, trânsito, plataformas de participação, entre outras.
3. Apoiar, ampliar e fomentar o desenvolvimento do Parque Tecnológico de Brasília para que seja adequado à vocação do Distrito Federal, incluindo as empresas de base tecnológica e a criação e desenvolvimento de empresas e produtos intensivos em conhecimento. Assim, adotará iniciativas com o objetivo de tornar o Parque Tecnológico moderno e em harmonia com as tendências e mercados globais, fomentará a formação e capacitação de profissionais com qualificação acadêmica, tecnológica e empreendedora, com o objetivo de inserir do Distrito Federal na sociedade do conhecimento.
4. Promoção do desenvolvimento social e da cidadania.
  - 4.1. Implementar programa de inclusão digital, gratuito, destinado a oferecer cursos de informática, internet, de aperfeiçoamento, de qualificação profissional, entre outros à população carente do Distrito federal. Tais cursos se destinam a difundir conhecimento, ser instrumento do desenvolvimento social, inserção social, e a promoção da cidadania;
  - 4.2. Manter as áreas públicas com atendimento de internet wi-fi gratuita e também instalar nas rodoviárias do plano piloto e das cidades satélites do Distrito federal, no Zoológico, Jardim Botânico, escolas, unidades de saúde, e órgãos do governo que realizam atendimento ao público.
  - 4.3. Fomentar a maior utilização de tecnologias no meio educacional, em todos os níveis. Implementar políticas públicas com vistas a redução de custo de aquisição de equipamentos que incorporem novas tecnologias, como a lousa digital, por meio da implementação de políticas públicas de desoneração tributária e creditícia, entre outras.
  - 4.4. Utilização da Ciência, Tecnologia e Inovação para promover a transparência e controle social dos recursos públicos, ampliar e desenvolver a democracia participativa, promovendo a participação social na utilização e divulgação dos dados.

5. Direcionar o conhecimento científico para viabilizar alternativas tecnológicas sustentáveis e de baixa emissão de carbono.
  - 5.1. Instituir uma política de logística reversa, de reutilização, de reciclagem e de destinação segura de resíduos eletroeletrônicos, em conformidade com as políticas ambientais. Adotar políticas públicas que direcionem o investimento privado para o desenvolvimento e sustentável.
  - 5.2. Estimular pesquisas e usos de fontes renováveis de energia, especialmente a energia eólica, solar, e biomassa, incentivando a utilização dessas fontes nos processos produtivos das empresas.
  - 5.3. Promover, fomentar e incentivar a produção de:
    - 5.3.1. Biodiesel a partir de óleo de cozinha usado e de gordura animal.
    - 5.3.2. Energia solar (termosolar ou fotovoltaica) em áreas urbanas e rurais, com a utilização da tecnologia smart grid ;
    - 5.3.3. Biogás fabricado a partir do material de lixões, de usinas de tratamento de esgoto, assim como a partir de resíduos de animais de áreas rurais, com a utilização da tecnologia smart grid;
6. Empreendedorismo e formação de empreendedores.
  - 6.1. Incentivar e fomentar o empreendedorismo, assim como a formação de empreendedores em Ciência, Tecnologia e Inovação, incluindo a modelagem financeira, acesso a recursos, propriedade intelectual, acesso ao mercado, entre outros.
  - 6.2. Incentivar e fomentar o surgimento de empresas, de base tecnológica, assim como incubadoras e aceleradoras.
7. Viabilizar, em todas as instâncias do governo do Distrito Federal, o apoio à inovação e a novas tecnologias, especialmente as de alcance social, incluindo a utilização do poder de compra governamental e a instituição de premiação anual.
  - 7.1. Fortalecer as iniciativas que direcionem o poder de compra do governo para o fomento de tecnologias livres e baseadas em padrões abertos.
8. Tecnologias, inovações e arranjos alternativos para o bem-estar da população:
  - 8.1. Incentivar a produção e transferência de tecnologias sociais que possam melhorar o bem-estar da população. Fortalecer a base científica do DF, conferir mais atenção, também, às ciências humanas e sociais aplicadas. Realizar editais para projetos de pesquisas que visem melhorar a qualidade de vida da população como em moradia, educação, saúde, transporte, violência urbana, e promover a inovação da gestão pública. Incentivar a realização de programas de extensão orientados para as necessidades da população mais vulnerável.
  - 8.2. Fortalecer e fomentar as tecnologias sociais e os empreendimentos solidários, que permitam a inclusão social, por meio de adoção de políticas públicas construídas democraticamente, que envolvam, entre outros, o acesso a financiamentos, a extensão universitária, a assistência técnica adaptada às suas especificidades, ao conhecimento e tecnologia, assim como incentivar a construção de redes e apoiar a produção, a comercialização e o consumo solidários.

- 8.3. Incentivar a criação de núcleos de tecnologia social – arranjo composto pela academia e organizações sociais para geração de tecnologia social e formação de recursos humanos.
- 8.4. Fazer gestões para ampliar os programas de extensão universitária e tecnológica, assistência técnica e redes de apoio com o objetivo de fortalecer e incentivar alternativas econômicas nas áreas de economia solidária, economia verde, economia criativa, tecnologia social, tecnologia assistiva, arranjos produtivos locais, segurança alimentar e nutricional, entre outras.
9. Adotar medidas e ações que proporcionem o incremento do conteúdo tecnológico e da inovação nas cadeias produtivas, visando a agregação de valor e o fortalecimento da competitividade.
10. Difundir e popularizar a ciência, tecnologia e a inovação tornando acessíveis os seus conceitos e teorias.
  - 10.1. Com o objetivo de desenvolver a cultura e o interesse pela ciência, tecnologia e a inovação, bem como aguçar a capacidade criativa, estimular e apoiar as feiras escolares de ciência, viabilizar encontro no Distrito Federal com os melhores trabalhos dos alunos e instituir premiação anual, assim como a realização de eventos temáticos destinados a apresentar resultados e soluções da utilização da Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento econômico e social.
  - 10.2. Viabilizar a criação de um museu de ciência e tecnologia no Distrito Federal, conforme planejado em 2013, a exemplo dos que já existem em outras unidades da federação. Propomos um museu interativo, com eventos periódicos, palestras temáticas, promovendo a gestão de forma integrada com o planetário.
11. Fomentar e apoiar a constituição de redes de trabalho colaborativo por meio de plataformas abertas voltadas para o ensino e a aprendizagem, com ênfase na interatividade, a colaboração e o compartilhamento de conhecimento.
12. Apoiar as empresas estabelecidas no Distrito Federal a absorverem tecnologias consideradas estratégicas ou que tais tecnologias representem transbordamento de conhecimento para outros setores ou segmentos econômicos, aplicável especialmente às empresas beneficiárias dos programas de financiamento e incentivos fiscais do governo.
13. Adotar e disseminar nas políticas públicas do Governo do Distrito Federal iniciativas inspiradas no conceito de tecnologias apropriadas adotando metodologias de interação e integração permanente com a sociedade de modo a evitar ou minorar efeitos negativos da implementação de políticas públicas desde a concepção dessas políticas.

## **B. Desenvolvimento Agrário**

1. Realizar a **regularização de todas as ocupações de terra do DF**, assim fazendo o reordenamento e desconcentração fundiária do DF;
2. Implantar **novos assentamentos rurais**, garantindo acesso a terra e sua a função social, econômica e ambiental;

3. Tornar o DF um **território livre do uso de agrotóxicos e transgênicos** na agricultura, adotando o conceito de Transição Agroecológica e iniciando pela produção de frutas e verduras totalmente livres de resíduos de agrotóxicos, em 4 anos;
4. Implantar **projetos de agricultura urbana agroecológica** no DF em todas as cidades satélites e comunidades consideradas vulneráveis;
5. Implementar **Programa de Articulação e Apoio às Comunidades de Sustentação a Agricultura - CSA's** nos assentamentos rurais;
6. Realizar um **Circuito de feiras livres de base agroecológicas** em todas as cidades satélites;
7. Implantar o **Programa de fomento ao Cooperativismo de base familiar**;
8. Realizar **pesquisa agropecuária e desenvolvimento tecnológico** voltados à realidade do pequeno e médio agricultor e assentado;
9. Ampliar os **programas de bolsas de estudo para educação e formação continuada do campo**, priorizando os jovens e as mulheres;
10. Implementar o **Programa de Agro industrialização e Agregação de Valor** de produtos agroecológicos de base familiar com assistência técnica rural integral para famílias assentadas e pequenos e médios agricultores;
11. Implantar o **Programa permanente de mobilização e produção agrícola "Plantando Água: colhendo Vida!"** em todo território do Distrito Federal, com o propósito de garantir soberania hídrica;
12. Implantar **Programa de compra institucional compulsória de alimentos agroecológicos** para toda a rede de equipamentos sociais (escolas, creches, hospitais e unidades do SUAS) garantindo apoio gerencial, logístico e administrativo aos assentamentos e pequenos agricultores, por meio do programa "Alimento Saudável: vida sã!";
13. Implantar o **Programa "Saúde e dignidade: alimento para o campo e para cidade" de Saúde Integral** das Populações do Campo, Florestas e Água, na prevenção e tratamento de doenças causadas por agrotóxicos e demais problemas associados ao trabalho no campo.

## **II - COMPROMISSO COM OS DIREITOS HUMANOS, COM A CONSTRUÇÃO DO BEM COMUM, BUSCANDO UMA CIDADE CIVILIZADA, QUE RESPEITA CADA UM DE SEUS MORADORES**

A extinção de Secretarias encarregadas de executar políticas que materializavam direitos sociais difusos como a Secretaria de Mulheres, de Igualdade Racial, de Juventude e a aglutinação dessas várias áreas na Secretaria de Desenvolvimento Social, acabou por desestruturar as ações que vinham tendo êxito nestas áreas. Desta forma, será objetivo do Governo do PT recuperar as políticas que foram desmontadas,

avançando ainda mais na construção de uma cidade onde todos e todas possam viver com respeito e tolerância.

#### **Medidas fundamentais:**

#### **C. Direitos Humanos**

1. Implementar um **Programa de difusão dos direitos humanos** nos meios de comunicação por meio de campanhas específicas e com atividades educativas em toda a rede de educação;
2. **Assegurar o acesso à informação** e reclamações nas instituições sobre todos os direitos legais e atendimento, responsabilizando os agentes públicos por qualquer violação de direitos;
3. **Estruturar todos os canais de denúncia**, com recursos e pessoal, de forma a garantir o funcionamento adequado desses canais e assim viabilizar o devido monitoramento das denúncias;
4. Desenvolver **projetos de apoio aos movimentos sociais e identitários** (mulheres, negros, crianças e adolescentes, pessoas idosas, das pessoas com deficiência, LGBT's);
5. Apoiar o acesso e o direito às expressões da diversidade cultural brasileira em especial, **assegurar o direito de culto de todas as crenças**;
6. **Garantir a defesa da água e do meio ambiente** como direito humano ao planeta terra;
7. **Ampliar a estrutura e a capacidade de atendimento** da Defensoria Pública do DF;
8. **Reestruturar o sistema penitenciário** para assegurar dignidade, direitos humanos e a possibilidade de recuperação dos punidos;
9. Implementar um **programa de incentivo ao desarmamento** articulado com campanhas públicas de promoção do diálogo, da gentileza, e da paz.
10. **Estabelecer política integral para promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes** promovendo o fortalecimento de órgãos de defesa de direitos como os Conselhos Tutelares, garantindo sua infraestrutura básica e a formação continuada de seus membros;
11. **Garantir tratamento digno e pedagógico nas unidades de atendimento sócio-educativo**, nos termos do que preconizam as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, com a imediata e qualificada redução do número de internos, construção de novas unidades de internação e desenvolvimento de trabalho socioeducativo de fato, priorizando o atendimento em meio aberto;

12. **Desenvolver estratégias de combate à violência policial e a tortura** que recaem com maior intensidade junto aos pobres, jovens e negros e enfrentar a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais por meio da qualificação dos membros da polícia;
13. Implementar **Programa de educação em Direitos Humanos** para servidores públicos visando fortalecer a cultura de direitos no Distrito Federal e de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas, incluindo o direito à memória e à verdade como mecanismo de compreensão do caráter antidemocrático do período ditatorial

#### **Medidas Específicas:**

##### **D. Políticas para as Mulheres**

1. Recriar, com ampla participação das mulheres na definição da política de atuação, a Secretaria de Estado da Mulher do GDF, bem como elevar o número de cargos ocupados por mulheres nos espaços do governo. Realizar Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres e a construção do Plano Distrital de Políticas para as Mulheres com participação ampla da sociedade.
2. Fortalecer o Conselho dos Direitos da Mulher do DF, tendo como foco o acompanhamento e a execução das políticas para as mulheres, bem como, no desenvolvimento de ações nas Regiões Administrativas que visem o enfrentamento às violências e ao machismo em todas as esferas da vida das mulheres.
3. Ampliar e estruturar a rede de creches públicas e educação infantil em todas as Regiões Administrativas do DF, promovendo nesses espaços a discussão sobre os diferentes temas que dizem respeito às mulheres, assim como incentivar os homens (pais) a discutirem assuntos como relações de gênero, paternidade responsável, divisão do trabalho doméstico e de cuidados, entre outros temas fundamentais para a superação das desigualdades entre mulheres e homens.
4. Promover por meio da EAPE - Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação a formação sobre diversidade e relações sociais de gênero de 50% dos profissionais da carreira magistério da rede pública até 2020 e dos outros 50% até o final do mandato. Com produção por parte da Secretaria de Educação do DF (SEDF) de cartilhas que contenham propostas pedagógicas para cada etapa da educação básica. Para rede privada de ensino fundamental e médio do Distrito Federal, incluir por meio de Lei Distrital e políticas públicas de educação os temas diversidade e relações sociais de gênero como conteúdo obrigatório transversal.
5. Ampliar, qualificar e humanizar as ações de atenção integral à saúde das mulheres e adolescentes; retomar a Carreta da Mulher, com mais investimentos em estrutura e pessoal; capacitar profissionais no atendimento a mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero; criar ambulatórios especializados no atendimento a pessoas transgênero nas regiões administrativas de menor renda; atender de forma humanizada as mulheres em situação de abortamento, considerando perspectivas étnicas, raciais,

territoriais e geracionais, dando atenção especial às mulheres com sofrimento mental e àquelas vitimizadas por drogas; incentivar o parto natural; ampliar na rede hospitalar o atendimento humanizado do parto; criar nas Regiões Administrativas as Casas de Partos; combater o racismo institucional enfrentado por mulheres negras no atendimento; combater a violência pela atenção obstétrica, que atinge majoritariamente as mulheres negras; promover ações direcionadas à saúde mental da mulher; promover os direitos sexuais e reprodutivos, com especial atenção voltada às mulheres negras, transgênero e de menor renda; universalizar licença-maternidade de 180 dias.

6. Efetivar o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com ampliação da divulgação dos serviços prestados na Casa da Mulher Brasileira, criar Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) nas cidades com maiores índices de violências contra as mulheres; ampliar o horário de atendimento das Sessões de Atendimento à Mulher (SAM's) para 24h por dia, de segunda à domingo; dos Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM's) e Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFVD's); ampliar recursos para Casa Abrigo; garantir a aplicação da Lei Maria da Penha; capacitação de profissionais que trabalham nesses serviços para promoção de atendimento humanizado às mulheres em situação de violência; intensificar as campanhas contra às violências, em especial, a violência doméstica em todo DF, levando em consideração a realidade territorial e a diversidade das mulheres do DF (jovens, idosas, com deficiência, negras, lésbicas, bissexuais, transgênero, indígenas, rurais, quilombolas, ciganas).
7. Investimentos em infraestrutura, educação, capacitação profissional e cursos para as mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina do DF. Propor a humanização das nossas forças policiais, a diminuição do seu caráter bélico. Aumentar o número de agentes penitenciárias femininas
8. Promover políticas para igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica das mulheres, elevando a participação das mulheres, em especial as mulheres negras, indígenas e quilombolas e as com deficiência de baixa renda, nos programas de qualificação e capacitação profissional do GDF e os recursos dos programas de concessão de créditos para as mulheres; incentivar a contratação de mulheres transgênero no mercado de trabalho formal.
9. Ampliar a qualificação profissional e o acesso às políticas públicas para as mulheres das comunidades rurais, indígenas e quilombolas do Distrito Federal, a exemplo das Unidades Móveis de Acolhimento as Mulheres do Campo e do Cerrado, bem como criar oportunidades para valorização e comercialização do que é produzido por essas mulheres e facilitar o acesso das mulheres da agricultura familiar e da economia solidária as linhas de crédito.
10. Garantir no Orçamento Distrital percentuais para as produções culturais desenvolvidas por mulheres, bem como valorizar o conteúdo local e as práticas culturais nas Regiões Administrativas do DF, como forma de promover a identidade cultural de comunidades e grupos sociais.
11. Fortalecer a implementação da Política Distrital de Atenção à/ao Jovem com programas, projetos e ações voltados à realidade das mulheres jovens do Distrito Federal, sobretudo, as de baixa renda.

12. Fortalecer a implementação da Política Distrital de Atenção a/o Idosa/o com programas, projetos e ações voltados à realidade das mulheres idosas do Distrito Federal, sobretudo, as de baixa renda.
13. Fortalecer a implementação do Plano Distrital de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite DF com atenção especial à incorporação das mulheres com deficiência nos programas, projetos e ações articulados pelo Plano.

#### **E. Políticas de Combate ao Racismo**

1. Implantar **Programa de combate ao extermínio da juventude negra** no Distrito Federal e a **Secretaria de Igualdade Racial** do GDF.
2. **Realizar a regularização fundiária dos terrenos da Religião de Matriz Africana** no Distrito Federal como forma de combater a discriminação contra a diversidade de cultos;
3. Implantar um **Programa de Formação dos Educadores** para aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas do Distrito Federal;
4. **Criar em todas as RA's do DF Centros de difusão da Cultura da população Negra;**
5. Implantar um **Programa da Saúde específico para população negra** do Distrito Federal;
6. Implementar **Programa de combate a discriminação racial no atendimento ao público** dos órgãos e empresas públicas do Distrito Federal;
7. **Estabelecer cota racial nos Programas de Aprendizagem** do Governo do Distrito Federal;
8. **Apoiar com incentivos financeiros e capacitação técnica os empreendimentos da cultura Afro** nas RA's do Distrito Federal;
9. **Realizar campanha pública de combate ao racismo;**
10. **Instituir o sistema de cotas para negros nos concursos públicos do GDF;**
11. **Criar um fundo destinado a projetos** voltados para as ações de superação da desigualdade racial;
12. **Criar Conselhos de Defesa dos Direitos do Negro em todas as RA's;**
13. **Instituir o dia 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra - como feriado** no Distrito Federal.

#### **F. Políticas para Pessoas com Deficiência**



1. **Estabelecer rubrica específica no orçamento** do Distrito Federal destinada à atenção das pessoas com deficiência, com a imposição na execução dos recursos alocados;
2. **Equipar os ambulatórios das Unidades de Saúde com profissionais capacitados para o atendimento da saúde das Pessoas com Deficiência**, incluindo equipamentos para exames que sejam acessíveis às diversas singularidades da deficiência;
3. **Estruturar a Coordenação de Promoção de Direitos de Pessoas com Deficiência**, ampliando seu quadro de servidores, elevando seu status para Subsecretaria de Estado, com autonomia financeira e administrativa;
4. **Promover o cadastramento dos funcionários públicos com deficiência no Distrito Federal**, incluindo aqueles em cargos em comissão, e disponibilizar essas informações no Portal de Transparência do GDF;
5. **Garantir o cumprimento da cota de 5% dos cargos em comissão** nos empregos públicos do Governo do Distrito Federal;
6. **Garantir que os planos, programas, projetos e ações do governo** que tenham alguma relação com as pessoas com deficiência sejam previamente **apreciados pelo Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência**;
7. **Realizar levantamento das pessoas com deficiência que se encontram presas nas unidades de internação** de todos os níveis no DF, pra saber as condições humanas de socialização para o seu retorno à sociedade;
8. **Equipar todos os 12 centros Olímpicos e paraolímpicos do DF**, de modo a adaptá-los para a prática das 22 modalidades olímpicas e paraolímpicas;
9. **Criar estratégias, instrumentos de registro, diagnósticos e elaboração de indicadores, com definição de fluxos de encaminhamento, para o enfrentamento da violência contra às pessoas com deficiência**, respeitando a igualdade de direitos, independentemente de raça e etnia, identidade de gênero, diversidade sexual e geracional.
10. **Criar políticas de fortalecimento da participação social da pessoa com deficiência** em igualdade de gênero, raça, etnia, diversidade sexual e geracional;
11. **Promover campanhas voltadas aos empregadores**, com o objetivo de buscar a superação das barreiras atitudinais que impeçam o acesso ao mercado de trabalho, gerando empoderamento e cidadania da pessoa com deficiência, de forma a desmistificar a ideia de ineficiência produtiva.
12. **Fomentar espaços de debates com a sociedade civil sobre políticas públicas e os direitos da pessoa com deficiência**;

13. **Implementar a acessibilidade física, arquitetônica e comunicacional nos prédios públicos, vias de rolamento, transportes, parques e outros espaços públicos**, de modo a evitar barreiras para a livre locomoção e acesso das pessoas com deficiência, além de desenvolver ações de conscientização dos servidores públicos e da sociedade como um todo que visem à diminuição das barreiras.

#### **G. Políticas de Cidadania LGBT**

1. Instituir o Conselho Distrital de Cidadania LGBT e implementar, em caráter permanente, o Decreto nº 28.824/2008, que institui o grupo de trabalho “Brasília sem Homofobia”, visando à elaboração de políticas públicas para promoção e respeito de direitos relativos ao livre exercício da orientação sexual;
2. Reativar os CTA’s – Centro de Tratamento e Amostragem, da Rodoviária do Plano Piloto e terminais das demais RA’s;
3. Considerando a predominância das mortes de pessoas vivendo com HIV/aids entre jovens negros e a própria juvenização da aids, criar e implementar política, voltada a estes públicos, de prevenção, diagnóstico e adesão ao tratamento, com o intuito de garantir a qualidade de vida;
4. Implementar a Política Nacional de saúde Integral da população LGBT qualificando, ampliando a rede de atendimento e equipando as unidades de saúde, como ambulatório trans, e hospitais que fazem o processo transexualizador;
5. Instituir Maio como o mês de conscientização da saúde integral da população LGBT, denominado de mês arco-íris com a realização de campanhas e ações de prevenção e oferta de exames de rotina respeitando o gênero, a orientação sexual e identidade de gênero do público;
6. Implementar **programa de formação continuada sobre Direitos LGBT** para a polícia civil e militar;
7. **Ampliar as unidades de Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência (DECRIN)** através da instalação de postos nas RA’s e com atendimento 24h;
8. Estabelecer sistema de integração das informações dos canais (telefônico e virtual) com direcionamento dos registros a DECRIN e com adequação do registro de BO – Boletim de ocorrência, em delegacias físicas e virtual através da inserção do campo para orientação sexual e identidade de gênero;
9. Instituir o acompanhamento psicossocial das vítimas de crime de ódio, lesão corporal e das famílias em caso de homicídio, bem como orientação e acompanhamento jurídico de pessoas LGBT de baixa renda;

10. Implementar da Resolução 12/2014 do CNCD/LGBT, referente ao uso do nome social, do uniforme e do banheiro nas escolas;
11. Premiar e financiar ações culturais LGBT, garantindo a pluralidade das linguagens e expressões artísticas identitárias;
12. Criar e implementar política de formação e estímulo as práticas esportivas através da realização de torneios LGBT;
13. Realizar campanhas públicas de conscientização para o enfrentamento da LGBTfobia.

### **III - COMPROMISSO COM O DIREITO À MORADIA DIGNA E À UMA CIDADE SUSTENTÁVEL**

Todas as ações do atual governo foram dar continuidade, em menor escala e ritmo, as ações do governo anterior. Não foram desenvolvidos novos projetos e nem enfrentaram o papel nocivo das empreiteiras com especulação imobiliária em Brasília. Portanto, o governo do PT irá combater o déficit habitacional não só com moradias, mas com projetos de urbanização que garantam uma cidade acessível, saudável e ambientalmente sustentável

#### **Medidas fundamentais:**

##### **H. Habitação**

1. Intensificar o processo de regularização fundiária com a **legalização de 100% dos assentamentos precários**;
2. Implementar **ações de controle social** na política de habitação;
3. **Ampliar a oferta habitacional e propiciar moradias com qualidade** para a população de baixa renda, priorizando o atendimento das famílias na faixa de 1 – renda mensal de 0 a R\$ 1.800,00, e faixa 2 – renda mensal de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.350,00, conforme o programa Morar Bem;
4. Criar **grupo intersetorial com a finalidade de garantir transparência e prioridade de habitação as famílias de baixa renda**;
5. **Revisar a Política Fundiária da TERRACAP** em dois sentidos: a) promover uma política de regulação pública do mercado de terras e imóveis do DF, de forma integrada com a política ambiental e de desenvolvimento econômico e social; e b) substituir a exclusividade da lógica do mercado, por uma política de alienação de terras públicas que priorize as demandas de interesse social e, assim, tornando-a um braço operacional da política habitacional;

6. Estruturar um **sistema de Planejamento Territorial Urbano integrado a região metropolitana de Brasília**;
7. **Implantar o Estatuto das Cidades** – Lei Federal 10.257/01 - regulamentando a aplicação dos instrumentos de política urbana para combater a especulação imobiliária, os vazios urbanos ociosos e aplicar mecanismos de recuperação da valorização imobiliária em favor do GDF destinando recursos para equipamentos e serviços públicos nos núcleos urbanos mais carentes;
8. Desenvolver um **Programa de Tecnologias Aplicadas a Construção**, na perspectiva da sustentabilidade, do respeito à cultura e às práticas regionais, da qualidade arquitetônica, urbanística e paisagística, do uso de novos materiais e do barateamento das obras;
9. Implementar um **Programa de Assistência Técnica à produção habitacional**, em conjunto com entidades de arquitetos, engenheiros e movimentos sociais, que apoie projetos e obras de melhorias e de construção;
10. **Apoiar desenvolver programas habitacionais rurais**, em articulação com o INCRA, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal (CEF);
11. **Reestruturar os Conselhos da Cidade no DF** estabelecendo caráter deliberativo e composição majoritária da sociedade civil (2/3) de forma a promover a aplicação de instrumentos de democratização, controle social do planejamento e da gestão territorial e da política habitacional;
12. Implantar uma **Política de Regularização de Bairros integrados ao tecido urbano e social**, e não de condomínios isolados e segregados no território urbano e rural, em parceria do GDF, Estados de Goiás e MG para regularização e ordenamento fundiário de toda a região;
13. Promover a **revisão do Estatuto da RIDE-DF** na perspectiva de instituir um órgão de planejamento e gestão territorial integrada da Região Metropolitana de Brasília.

## **I. Meio Ambiente**

1. **Garantir estrutura para o trabalho dos Comitês** das Bacias Hidrográficas do DF;
2. Implantar o **Programa de Recuperação e Despoluição do Lago Paranoá**;
3. **Universalizar o saneamento ambiental**, principalmente na área rural;
4. Implantar a Coleta Seletiva do Lixo em 100% do DF;
5. Implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico do DF e da RIDE;
6. **Dobrar quantidade de Parques vivenciais** com a criação de parques lineares nas áreas verdes urbanas do DF;

7. Estabelecer que **30% das áreas de terras públicas destinadas a produção rural sejam atividades sustentáveis** (como permacultura);
8. Promover **política industrial seletiva**, instalada ou redirecionada para as áreas determinadas pelo ZEE/PDOT privilegiando os setores industriais não poluentes, não emissores de GEE e com baixos impactos sócio-ambientais;
9. **Criar áreas de preservação e conservação do patrimônio natural**, principalmente, nascentes, cursos d'água e cachoeiras ainda existentes no território do Distrito Federal;
10. Implantar o **Programa Bolsa Verde** com fortalecimento da educação ambiental nas escolas públicas e particulares e sensibilizar crianças e adolescentes e demais membros da comunidade do entorno dos parques, assim estimulando o espírito eco-crítico da população, facilitando o acesso aos parques implantados, promovendo o conhecimento do Bioma Cerrado e sensibilizando a população para o uso sustentável dos recursos naturais;
11. Implementar um **programa de arborização** em todo o DF, especialmente nas áreas de assentamentos urbanos precários e particularmente nas cidades satélites;
12. Criar o **pólo de pesquisa e industrialização do lixo**, como forma de agregar valor a produção das cooperativas de catadores;
13. Implantar o **Programa GDF Sustentável** adotando, na estrutura administrativa, as medidas de ecolavagem, o uso de combustível reciclado, dispositivos para reduzir consumo e emissão de CO<sub>2</sub> na frota de veículos do GDF.

#### **IV - COMPROMISSO COM A MOBILIDADE URBANA, COM O DIREITO DE IR E VIR COM SEGURANÇA E QUALIDADE**

Esta é uma questão central de ação do nosso governo. Trata-se de um grave problema que afeta a todos e todas. É urgente cuidar de nossa malha viária e modernizar os nossos transportes públicos, tornando-os eficientes e atrativos. Só assim iremos reduzir o grande volume de carros particulares em circulação. As ações iniciadas no governo do PT precisam ser ampliadas como o BRT e a integração dos transportes.

##### **Medidas fundamentais:**

##### **J. Mobilidade Urbana**

1. **Mudança de foco da política de mobilidade urbana** incorporando na concepção e na operação os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana com prioridade para o transporte ativo e transporte público e coletivo, a partir da revisão do PDTU – Plano Diretor de

Transporte Urbano, do PDOT – Plano de Ordenamento Territorial e Urbano do DF e da criação de um PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado conforme prevê o Estatuto das Metrôpoles;

2. **Realizar um planejamento estratégico de longo prazo** para o transporte público e a mobilidade urbana sustentável no DF, combinado medidas de curto prazo que barateiem o custo, melhorem a eficiência, seja totalmente integrado e de qualidade, tanto para os trajetos de curta como de longa distancia;
3. **Ampliar e consolidar os Corredores Exclusivos de Ônibus**, dando assim clara prioridade para o ônibus e invertendo o atual predomínio dos carros particulares na ocupação do sistema viário;
4. **Reestruturar o Conselho de Mobilidade Urbana** com incorporação dos movimentos e entidades da mobilidade urbana, funcionamento regular, estabelecimento de caráter deliberativo;
5. **Constituir em todas as RA's um Conselho das Cidades** que promova a integração da política de mobilidade urbana com as políticas de planejamento territorial urbano, uso e ocupação do solo e habitação e que tenha 2/3 de sociedade civil na sua composição;
6. Realizar planejamento para a **integração da gestão do transporte público** e da mobilidade urbana na **Região Metropolitana de Brasília**;
7. Implementar uma **Política Ciclovária na perspectiva da integração intermodal plena**, inclusiva e sustentável;
8. **Implementar medidas de humanização do transito** com redução de velocidade e semaforização das principais rodovias do DF como o Eixão (Eixo Rodoviário), EPTG, EPIA, EPIG, transformando-as no conceito de “Avenidas Urbanas”;
9. **Incrementar o programa de bilhete único e tarifação integrada** ampliando para Região Metropolitana de Brasília;
10. Implementar **medidas de restrição ao automóvel particular** em áreas centrais, tais como cobrança de estacionamento em áreas públicas;
11. Implantar um **Programa de transporte sobre trilhos** integrado ao transporte coletivo (ônibus) do DF aos eixos de desenvolvimento urbano, assim ligando Brasília à Luziânia, bem como ao eixo Anápolis e Goiânia;
12. **Reestruturar o órgão gestor e fiscalizador do transporte público** no sentido de torná-lo mais eficiente, eficaz nos processos de fiscalização e operação da frota, além de promover a modernização e atualização do sistema agilizando os serviços de compra e venda de passagens com novas tecnologias e o controle social da população usuária;

13. **Promover a integração dos órgãos de transporte e trânsito** (DCP, DER, DETRAN, BPTRAN), de forma a estabelecer um trabalho coordenado para melhorar a eficiência da gestão e da qualidade do sistema de mobilidade urbana.

## **V - COMPROMISSO COM A QUALIDADE DAS POLITICAS SOCIAIS**

As políticas sociais os servidores dessas áreas tem sido alvo de frequentes ataques do atual Governo. Houve uma impressionante involução na qualidade dos serviços prestados nessas áreas, um tratamento duro, um alijamento à participação dos servidores. Competirá ao nosso Governo recuperar a qualidade das políticas sociais, adequando às demandas da população, respeitando os servidores, com capacitação continuada e uma política salarial compatível com os recursos do GDF.

### **Medidas fundamentais**

#### **K. EDUCAÇÃO**

1. **Garantir matrículas para todas as crianças em creches públicas** com gestão pública;
2. **Dobrar o numero de vagas e escolas de tempo integral**;
3. Investir em **políticas voltadas à melhoria da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio**, enfrentando a reprovação e a evasão escolar nas escolas urbanas e do campo;
4. **Cumprir as políticas para a inclusão de pessoas com deficiências e transtornos nas escolas públicas**, com acessibilidade, tecnologias assistivas e profissionais de apoio;
5. **Garantir a Educação de Jovens, Adultos e Idosos Trabalhadores na forma integrada à Educação Profissional**, ampliando a oferta de vagas com abertura de novas escolas na área urbana e rural;
6. Garantir a **participação popular na gestão democrática das escolas** e do sistema público de ensino do DF;
7. **Melhorar a estrutura física, o mobiliário e os equipamentos das escolas públicas** na perspectiva de uma educação cidadã, libertadora e revolucionária;
8. Promover o **acesso e a formação em torno das tecnologias digitais**, a fim de desenvolver habilidades e novas perspectivas de aprendizagem nas escolas públicas do DF;
9. **Ampliar o atendimento nos Centros Interescolares de Línguas**, construindo polos nas Coordenações Regionais de Ensino ainda não contempladas (Planaltina, Santa Maria, Recanto das Emas, Samambaia, Paranoá, Núcleo Bandeirante);

10. **Equipar as escolas públicas com computadores modernos e com acesso à internet em banda larga** de alta velocidade para uso no processo de ensino-aprendizagem;
11. Criar **políticas de valorização dos profissionais da educação**, com investimento em carreira, salários, condições de trabalho e formação inicial e continuada comprometidas com a defesa dos direitos humanos, a diversidade sócio-econômica, étnico-racial, religiosa, de gênero e orientação sexual;
12. Ampliar a oferta de vagas no ensino superior com a **criação da Universidade Distrital** conforme previsto no Plano Distrital de Educação;
13. Desenvolver articulações e parcerias para a ampliação e **descentralização da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Federal de Educação (IFB)**, com implementação de campus nas principais regiões administrativas do DF, observando as vocações locais.

## **L. SAÚDE**

1. Promover a **reformulação da estrutura do SUS DF**, a fim de garantir a descentralização da política de saúde e a autonomia às regiões de saúde, conforme as necessidades de saúde da população;
2. Instituir **eleições diretas para cargos de Direção das Regionais de Saúde**, conforme critérios técnicos e políticos, garantindo a escuta da comunidade usuária e dos trabalhadores;
3. **Efetivar a Atenção Básica, garantindo cobertura assistencial à toda população**, priorizando as equipes de saúde da família, construindo novos serviços e ampliando o número de equipes já existentes;
4. **Implementar de forma efetiva o Sistema de Regulação**, contemplando os serviços dos três níveis de atenção, garantindo a integração entre os níveis de atenção via sistema de informação;
5. **Efetivar a implementação da Rede de Saúde da Mulher**, garantindo a universalidade do acesso a todos os níveis de atenção a todas mulheres nos múltiplos estágios geracionais;
6. Implementar a **Gestão Participativa**, promovendo o protagonismo e valorização dos trabalhadores e usuários, por meio de instrumentos como: Mesa de Negociação, Conselhos Locais de Saúde; processos de educação permanente e educação popular; fortalecimento da estrutura e funcionamento dos conselhos de saúde existentes;
7. Implementar **Clínicas de Especialidades nos moldes do Programa Mais Médicos**, visando garantir o acesso integral e zerar a fila de espera em consultas e cirurgias especializadas;
8. **Fortalecer o Controle Social** por meio de ações como: Construção da sede permanente para o Conselho de Saúde do Distrito Federal(CSDF), garantia de dotação orçamentária para o



funcionamento técnico do CSDF e para realização de processos de educação permanente para o controle social;

9. **Fortalecer a Rede de Saúde Mental**, voltando a investir na contratação de equipes e na implementação de serviços de base comunitária e, contraposição à cultura manicomial;
10. Construir um processo de diálogo e **articulação com os estados e municípios membros da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)**, a fim de garantir atenção de qualidade e à população usuária do SUS no DF;
11. **Formular de forma participativa e implementar Linhas de Cuidado** como referencia para estruturação da rede de saúde;
12. Construir legitimidade sobre a importância e **prioridade do orçamento da saúde no fundo constitucional**, a fim de superar as perdas de financiamento do SUS nos últimos anos;
13. Garantir **acesso integral à Saúde Bucal** em todas às regiões de saúde.

#### M. ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. **Retomar o Programa “DF sem Miséria”**, promovendo a busca ativa inclusive das famílias que foram excluídas do programa por razões cadastrais;
2. Promover a **atualização cadastral de todos os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)/DF sem Miséria**, realizando busca ativa das famílias elegíveis ao programa;
3. **Retomar projeto de alfabetização de integrantes do PBF**, em parceria com a Secretaria de Educação;
4. Estruturar **projetos de qualificação profissional para integrantes do PBF**, em parceria com a Secretaria de Trabalho;
5. **Melhorar o desempenho das condicionalidades do PBF em Educação e Saúde;**
6. **Adequar a oferta de serviços de Assistência Social para cada RA**, ampliando o número de CRAS, CREAS e Coses;
7. **Reorientar a política de acolhimento à população de rua**, retomando o serviço de abordagem à população de rua e adequando os Centros Pop às realidades regionais;
8. **Reforçar serviços que visam atender situação de violência e intolerância religiosa, de gênero, de raça ou de orientação sexual;**

9. **Retomar políticas de Segurança Alimentar e Nutricional**, articulando os Restaurantes Comunitários e os Bancos de Alimentos e as Feiras e Mercados Populares;
10. **Melhorar a qualidade de atendimento nos Restaurantes Comunitários**, ofertando refeições também no turno noturno, e adequando-os às necessidades da população de cada RA;
11. **Universalização dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais**, de forma descentralizada e participativa, inclusive com acesso rápido e desburocratizado a benefícios e auxílios em situações de emergência;
12. Desenvolver e implementar **Planos Regionais de Assistência Social**;
13. Garantir a **participação complementar da sociedade civil organizada**, integrando ações de assistência com movimentos sociais e entidades de assistência social.

## **N. CULTURA**

1. **Implantar um Centro Cultural em cada cidade do DF**, principalmente, nas cidades de Samambaia, Ceilândia, Planaltina, Cruzeiro e Recanto das Emas;
2. **Estabelecer novas regras, mais democráticas, para a escolha dos representantes da comunidade nos Conselhos Regionais de Cultura** e no Conselho de Cultura do DF;
3. **Concluir as reformas dos espaços culturais do DF** e estabelecer uma programação intensa com os artistas do DF para dinamizar o uso desses espaços culturais.
4. **Criar parcerias com o terceiro setor e com o movimento cultural organizado para gerir os equipamentos culturais** e difundir esforços tanto nas áreas de música, artes plásticas e literatura, como também nas áreas de dança, teatro e cinema
5. **Implantar sistema de acompanhamento transparente dos recursos** distribuídos pelo FAC e pela Lei de Incentivos à Cultura (LIC.);
6. Implementar um **Programa de apoio a produção cinematográfica** em Brasília com ações de incentivo à criatividade e de formação técnica, assim revitalizando o Polo de Cinema do Distrito Federal;
7. **Criar uma Fundação para preservar o patrimônio histórico do DF**, assim previsto na Lei Orgânica da Cultura (LOC);
8. **Criar ações de desenvolvimento da economia criativa**, gerando empregos, renda, qualificação profissional e previdência para os trabalhadores das artes;

9. **Retomar a realização da Bienal do Livro e da Leitura;**
10. **Implementar o Projeto Poesia Viva nos Ônibus e Metrô;**
11. **Fortalecer o FAC, por meio da instituição de mecanismos que assegurem a preservação do destino dos recursos,** por exemplo, que os saldos apurados em exercícios anteriores sejam preservados no fundo e convertidos em ações exclusivas para a cultura;
12. **Apoiar a realização de manifestações culturais nos espaços públicos urbanos** que incentivam a sociabilidade, interação e cooperação entre as pessoas, sobretudo entre jovens;
13. **Convocação extraordinária dos encontros regionais de cultura** com reativação da ampla participação social nas avaliações, proposições e reconstruções das políticas culturais, como forma de fortalecer a cultura a partir das demandas daqueles que a produzem e vivenciam a cultura no DF;

## **VI - COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA CIDADANIA**

### **O. SEGURANÇA**

1. **Criar o Plano Diretor Distrital de Segurança Social,** elaborado a partir dos Planos Diretores de Segurança Social das regiões administrativas e dos Planejamentos Estratégicos Situacionais formulados pelos diversos órgãos de segurança social, tanto da segurança pública, como da defesa civil e do Detran-DF;
2. **Ampliar os efetivos das Forças de Segurança Social,** com concursos públicos combinados com uma política de cargos e salários e de integração das forças da área de segurança social;
3. Estabelecer como **prioridade das políticas de segurança,** inclusive com ações preventivas, as ações destinadas às **áreas mais vulneráveis do DF e às populações de transeuntes, mulheres, negros, jovens, idosos, população LGBT e a população de situação de rua;**
4. **Investir em medidas de desburocratização dos órgãos de segurança e em tecnologias de segurança pública** que facilitem o acesso da população à comunidade de segurança social e que aperfeiçoem os atendimentos, bem como ações como instalação de câmeras de vigilância nos locais mais críticos e constatados como de melhor prevenção aos crimes;
5. Instituir total **transparência nos dados sobre as questões de segurança social;**
6. **Retornar a estratégia das duplas “Cosme e Damião”,** com a criação de no mínimo 500 turmas para fortalecimento do policiamento ostensivo, inclusive com apoio a segurança das escolas e a criação da patrulha da madrugada;

7. Debater de forma ampla com a comunidade da segurança social a proposta de **substituir os policiais militares por Agentes Comunitários de Segurança Pública**;
8. **Criar uma ouvidoria única e especial da segurança social**;
9. Implementar o **Programa Ação pela Vida** que articula a Secretaria de Obras, os órgãos de fiscalização, Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social com as ações da Secretaria de Segurança visando a estabelecer nos territórios mais vulneráveis iniciativas de educação cidadã dos policiais, de prevenção, de controle e redução da criminalidade;
10. **Implantar Delegacias das Mulheres em todas as RA's** como forma de incentivar programas e ações de redução da violência doméstica e da proteção das vítimas;
11. **Estabelecer uma administração regionalizada**, incluindo a gestão dos recursos financeiros e atuação territorial dos batalhões da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Civil do Distrito Federal;
12. **Reestruturar o funcionamento do DETRAN-DF** estabelecendo a autonomia e descentralização administrativa e financeira para viabilizar relações democráticas com os servidores, aperfeiçoamento da sinalização, monitoramento e acompanhamento da situação das vias, preparação técnica de pessoal, busca da situação ideal dos veículos, inclusive com redução de tempos de espera nos atendimentos à população;
13. **Aumentar os investimentos na Defesa Civil** de forma a garantir uma atuação tempestiva nas situações de emergência e de risco no DF.

## **VII - COMPROMISSO COM A DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO**

O atual governo desprezou todas as formas de participação popular implementadas pelo governo anterior. Transformou a Controladoria em uma Secretaria - organismo na mesma linha administrativa das demais secretarias. Deu pouca ênfase aos conselhos de participação popular. Quem acessa o "Portal da Transparência" pode observar a péssima qualidade das informações. Nesse sentido, será objeto da ação de nosso Governo: implementar medidas efetivas de democratização do Estado que promovam a participação popular e possibilitam aos cidadãos fiscalizarem a atuação do Governo como um todo.

### **Medidas Fundamentais:**

#### **P. PARTICIPAÇÃO, TRANSPARENCIA, DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO**

1. **Ampliar, aperfeiçoar e articular os mecanismos de controle social**, consolidando a participação popular como método de governo;

2. **Modificar o status da Secretaria de Transparência para Controladoria Geral** do DF;
3. **Criar um sistema integrado das Ouvidorias** (geral e especializadas) de forma aumentar o alcance, acesso e eficiência do atendimento, gerar informações e ampliar a transparência;
4. **Estruturar os conselhos populares** com espaços de reunião, apoio administrativo e apoio em comunicação nas RA's, conformando centros de participação social em cada RA do DF;
5. Implementar **Programa de formação e qualificação em participação popular** para agentes públicos e sociedade civil;
6. **Implementar do Orçamento Participativo** como elemento de definição para as prioridades de investimento e serviços no programa orçamentário anual do GDF;
7. **Implantar o Sistema Público de Comunicação do DF**, como estabelece a Lei Orgânica, por meio da criação da Fundação Brasiliense de Comunicação e tornando a Rádio Cultura FM uma entidade pública sob controle social, regulamentando o Conselho de Comunicação Social e desenvolvendo meios alternativos de comunicação com a sociedade;
8. **Criar um canal de televisão pública** como parte do Sistema Público de Comunicação do DF;
9. **Mudar o modelo de publicidade institucional** alterando as prioridades de conteúdo e a ampliando a distribuição para meios comunitários e para canais alternativos de comunicação;
10. Realizar um **processo de Congresso Distrital**, precedido de congressos locais, visando à construção do Projeto "DF: presente e futuro", que contribua para definir os rumos de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal;
11. Implantar **Conselhos Comunitários em todas as RA's** do DF com grande quantidade de membros, ou seja, massivos e que representem a diversidade das cidades para discutir e definir objetivos para seu desenvolvimento;
12. Criar os **Fóruns Populares para elaboração de proposições legislativas**;
13. Criação dos **Fóruns Populares de acompanhamento das decisões judiciais**.

## **VIII - COMPROMISSO COM A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E REFORÇO NA AÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS**

O atual governo promoveu a uma pretensa "reforma administrativa" cujo único objetivo era o de "enxugar gastos". Prometeu promover a eleição direta de administradores regionais, mesmo sabendo da inviabilidade da proposta, em face da proibição constitucional da "municipalização" das cidades. A perda da

eficiência e eficácia das ações de governo foi umas das consequências. Assim, são compromissos de nosso Governo:

**Medidas fundamentais:**

**Q. GESTÃO**

1. **Promover a reestruturação da máquina administrativa** orientando-a para ampliação das entregas de bens e serviços públicos de qualidade e para o aprofundamento da democracia e da justiça social;
2. **Promover a reestruturação das Administrações Regionais** ampliando a autonomia administrativa e financeira, de forma a ampliar sua capacidade de execução na cidade e organização territorial e com a construção de centro administrativo com praça de serviços públicos para atendimento da população e centro de participação social;
3. **Implantar ferramentas de coordenação e articulação intragovernamental**, bem como das instâncias de gestão integrada a partir das Prioridades do Governo e da construção de projetos intersetorias assim aumentando a eficiência e eficácia.
4. **Organizar a gestão por meio da convergência dos sistemas** de monitoramento e avaliação, dos orçamentos de custeio e do levantamento da percepção dos usuários de serviços públicos;
5. **Fortalecer a CODEPLAN** com recursos financeiros e ampliando sua capacidade de produção de estudos e análises técnicas que geram informações estratégicas para a ação governamental;
6. **Desburocratizar e aumentar a transparência dos processos de licenciamento** (RIT, EIV, EIA/RIMA, Habite-se, projetos urbanísticos, projetos ambientais, licenças de funcionamento, etc.) e emissão de alvarás, a partir da simplificação dos processos de emissão, revisão de normativas e informatização, tornando-o mais ágil;
7. Implementar o **programa “GDF sem papel”** com a disponibilização de 100% dos serviços de governo por meio eletrônico;
8. Ampliar os **programas de capacitação para todos os servidores públicos** ofertados pela Escola de Governo, bem como aqueles custeados com recursos do Fundo PRO-GESTÃO;
9. **Reestruturar a Escola de Governo** para coordenar laboratórios de inovação e prospecção de empreendimentos públicos, modificando seu projeto pedagógico, diversificando os métodos de aprendizagem e ampliando as vivências sociais;

10. Implementar **programas engajamento dos servidores** que valorizem a profissionalismo, o comprometimento e as competências dos servidores necessários à promoção de direitos e à ampliação da oferta de bens e serviços públicos de qualidade à população do Distrito Federal;
11. **Implantar um novo Sistema de Gerenciamento de Pessoas**, transparente e adaptado para as necessidades dos setoriais de gestão de pessoas;
12. **Estabelecer um Programa de atenção à Saúde do Servidor**, especialmente saúde mental, visando melhoria da qualidade de vida, da prevenção de acidentes e de danos à saúde, bem como da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho;
13. **Garantir o funcionamento regular da mesa permanente de negociação** para manter o diálogo com os servidores e suas representações sindicais, aprimorando as relações de trabalho, promovendo o alinhamento do conjunto dos servidores para aprofundar as transformações do DF, ampliando a qualidade na prestação dos serviços públicos.

#### Subsídios para governo DF – Setorial TI

1. Desenvolver e implantar o programa de acesso do cidadão aos serviços de governo eletrônico do DF – Facilitar o acesso por uso de celulares e de computadores aos serviços ao cidadão nas áreas de saúde, educação e lazer.
2. Estabelecer acordos, cooperação e parcerias com as entidades do parque Tecnológico de Brasília, com universidades e escolas para projetos de empreendedorismo, treinamento de aprendizes na área de tecnologia da informação.
3. Implementar a inclusão digital promovendo telecentros nas Regiões Administrativas RA's, e em órgãos da secretaria de Ação social, para atender ao público em geral.
4. Promover e publicizar softwares para alfabetização de crianças e adultos gratuitos para o aprendizado da população.
5. Promover a meta reciclagem de equipamentos de TI, com oficinas para treinamento prático de aprendizes.
6. Disponibilizar as redes sociais para comunicação das RA's com a população. (Whatsap, Telegram, Instagran, etc,...).
7. Disponibilizar cursos nas escolas públicas para programadores e administradores de redes, de nível técnico, para promover emprego e renda.

8. Disponibilizar apela secretaria da cultura bibliotecas digitais de vídeos, ebooks, clássicos e obras que já não estejam na lei de propriedade intelectual, ou seja direito público, acessíveis gratuitamente pra a população.
9. Disponibilizar softwares gratuitos para portadores de deficiências visuais e auditivas gratuitos para a população com necessidades especiais.
10. Suportar a implantação do prontuário médico digital único em todo o distrito federal.
11. Escola na Cultura Digital - O programa Escola na Cultura Digital (PECD), tem por objetivo sistematizar o desenvolvimento contínuo e coletivo da cultura digital and escolas públicas do DF, em constante dialogo e subcidiada pelos principios pedagogicos formulados para orientar a construção de conhecimento nos espaços escolares.
12. Proporcionar cursos técnicos a distância, modalidade EAD gratuitos Barbados em Software Livre, para geração de emprego e renda